manchete

Público	Periodicidade: Diário	Temática: Justica
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 278
	Âmbito: Nacional	Imagem: N/Cor
10-04-2015	Tiragem: 51453	Página (s): 14

Falta de magistrados favorece corrupção

Justiça
Ana Henriques

Quem investiga crime "não pode estar sempre de mão estendida, quando alguns arguidos possuem amplos recursos", diz líder sindical

Foi um quadro negro aquele que o novo presidente do Sindicato de Magistrados do Ministério Público traçou ontem da Justiça portuguesa, na sua tomada de posse em Lisboa.

"Em algumas comarcas, a investigação criminal está reduzida praticamente ao serviço urgente, pois os magistrados estão todo o dia na sala de audiências e não conseguem despachar os seus inquéritos criminais", descreveu António Ventinhas, de 43 anos.

O procurador António Ventinhas explicou que, como a complexidade das investigações exige cada vez mais procuradores e o seu número escasseia, por falta de cursos de formação, a investigação criminal poderá ficar "seriamente comprometida", ou mesmo paralisada.

"Se não houver procuradores suficientes, o combate contra a corrupção não poderá ser travado de forma eficaz", avisou o sindicalista durante a cerimónia, na qual esteve presente a procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. Mas as consequências da falta de magistrados não ficam por aqui: "Se não for aberto um curso com um número substancial de magistrados, a instituição a que pertencemos não conseguirá assegurar a sua representação em muitas audiências de julgamento, o que levará a inevitáveis adiamentos, com nefastas consequências para a realização da Justiça e para os cidadãos."

O novo líder sindical explicou na sua tomada de posse como a reforma dos tribunais, conjugada com a reduzida entrada de magistrados ao serviço nos últimos anos, levou a uma carência generalizada de procuradores por todo o país. Por causa deste "panorama negro que tende a agudizar-se", António Ventinhas vai pedir uma reunião urgente à ministra da Justiça. Porque "quem investiga não pode estar sempre de mão estendida a solicitar meios que lhe permitam servir a comunidade, quando alguns arguidos possuem amplos recursos financeiros que permitem o exercício da sua defesa".